

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.095 - SP (2020/0274818-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MEBRAS METAIS DO BRASIL EIRELI - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
AGRAVANTE : FLAVIO HAMILTON SALOMAO
AGRAVANTE : SIMONE DOS SANTOS CHIAPINA SALOMAO
ADVOGADOS : CESAR RODRIGO NUNES - SP260942
ROBERTO GOMES NOTARI - SP273385
JORGE NICOLA JUNIOR - SP295406
TIAGO ARANHA D ALVIA - SP335730
MARCO ANTONIO POZZEBON TACCO - SP304775
KAMILA MARQUES PESSOA - MS017137
RODRIGO NEVES RODRIGUES FERNANDES - SP384638
AGRAVADO : ANNEX FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : FERNANDO YOSHIO IRITANI - SP276553
ALEXANDER COELHO - SP151555

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MEBRAS METAIS DO BRASIL EIRELI e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA FORMULADO EM APELAÇÃO DE DIFERIMENTO DO PREPARO PARA O FINAL DO PROCESSO OU MEDIANTE PARCELAMENTO COM BASE NO ART 98 § 6 DO CPC REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS INDEFERIMENTO AGRAVO INTERNO DESPROVIDO

Quanto à controvérsia, alega violação dos arts. 98 e 99 do CPC, no que concerne ao indeferimento da Justiça Gratuita, no presente caso, trazendo os seguintes argumentos:

[...] o presente caso se enquadra nas possibilidades para a concessão do benefício legal da gratuidade, sendo que os Recorrentes demonstraram, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira de recolhimento do valor do preparo recursal bem como todas as outras que são demandados. Mister, portanto, que o v. acórdão recorrido seja reformado para

que se atenda ao presente pleito, concedendo a gratuidade processual em favor dos Recorrentes, nos exatos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC, eis que demonstrada e comprovada a impossibilidade financeira momentânea em arcar com as custas e despesas processuais - ou, sucessivamente, determinado a senão o parcelamento, ao menos a benesse do diferimento do recolhimento das custas para o final da ação.

Caso contrário, a manutenção da não concessão do benefício da justiça gratuita aos Recorrentes fará com que o seu direito ao contraditório e ampla defesa seja restringido de tal forma que acarretará na presunção de veracidade de todos os fatos trazidos na ação de execução de origem nº 1000706-52.2016.8.26.0180.

Neste passo, temos que os v. acórdãos recorridos não merecem prosperar, vez que contrariam lei cogente, motivo pelo qual se requer o provimento do presente Recurso para conceder a gratuidade processual em favor dos Recorrentes (fl. 770).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A empresa agravante, sociedade comercial limitada, não provou de modo satisfatório a impossibilidade momentânea, atual, de arcar com encargos processuais, sem comprometimento de sua existência, o que atrai a incidência da Súmula nº 481 do STJ (fl. 746).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à existência ou não dos requisitos para a concessão da gratuidade de justiça às partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu sobre a “inviabilidade de verificar se as partes no caso poderiam ou não serem contempladas pelo benefício da gratuidade de justiça, por demanda reexame de contexto fático-probatório”. (AgInt no AREsp 897.498/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 16/8/2016.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.570.272/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de

Superior Tribunal de Justiça

20/5/2020; AgInt no AREsp 1.000.602/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 22/5/2020; AgInt no AREsp 1.564.850/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/3/2020; AgInt no AREsp 1.173.115/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 18/4/2018; REsp 1.784.623/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente